

LIMITES E POSSIBILIDADES DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO INFANTIL

LIMITS AND POSSIBILITIES OF PROFESSIONAL INTERVENTION IN THE CHILD LITERACY PROCESS



GISELDA SANTOS SOUZA CHAVES

Graduação em Pedagogia pela Faculdade UNIFIEO (2004); Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Hoyer (2007); Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I – na – EMEF João XXIII, Professora de Educação Básica.

RESUMO

O intuito deste trabalho é ressaltar a relevância da alfabetização no contexto educacional brasileiro, reconhecendo a importância de se estabelecer uma sociedade plenamente alfabetizada, crítica, consciente, participativa e solidária, fatores que dependem dos componentes alfabetização e letramento, uma vez que essa sociedade estará distante destes objetivos caso seus cidadãos sejam somente alfabetizados, ou seja, somente saibam interpretar os símbolos e sinais, mas que sejam letrados, ou seja, que tenham domínio e compreensão aquilo que se lê ou se escreve, razão pela qual estes dois componentes, apesar de distintos, se interligam. Sob essa ótica, a BNCC, Base Nacional Comum Curricular, documento normativo do Ministério da Educação que orienta as escolas quanto aos direitos de aprendizagem dos estudantes e os objetivos que os educadores devem atingir em cada etapa educacional, desde a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em especial no que se refere ao tema da alfabetização, tema que as autoridades da Educação buscam superar desafios de proporções continentais. Assim, o MEC tem apresentado diversas legislações visando alcançar o intento de alfabetizar todas as crianças até 8 anos de idade em todo o território nacional, sendo que a última delas foi o CNCA, Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada, no entanto, apesar de toda essa preocupação e anseios transformados em lei, esse objetivo ainda está distante de se alcançar, visto que problemas socioeconômicos evidentes dificultam o cumprimento dessa meta. Contudo, além destas questões, existem fatores diários que os professores enfrentam, pois apesar de compreenderem que a aprendizagem é assimilada de modo diferente de criança para criança, algumas não alcançam o desenvolvimento esperado, e muitas vezes isso requer uma avaliação pedagógica que indica a necessidade de intervenção profissional multidisciplinar especializada. Estas ações apresentam limites

aos profissionais, tanto dos educadores quanto das equipes multifuncionais, todavia, geram possibilidades efetivas de superação destes desafios e podem auxiliar grandemente os alunos a chegarem à alfabetização plena.

Palavras-chave: Alfabetização; Letramento; Intervenção; Escola.

ABSTRACT

This study aims to highlight the relevance of literacy within the Brazilian educational context, recognizing the importance of establishing a society that is fully literate—possessing both basic decoding skills and the ability to engage critically, consciously, and collaboratively with texts. Achieving this requires addressing both **alfabetização** (the acquisition of the writing system/decoding) and **letramento** (literacy practices/functional literacy); a society falls short of these goals if its citizens merely know how to interpret symbols and signs without mastering and comprehending what they read or write—hence the interconnection between these two distinct yet complementary components. In this light, the BNCC (National Common Curricular Base)—a normative document from the Ministry of Education guiding schools on student learning rights and educational objectives across Early Childhood, Elementary, and High School levels—addresses the theme of literacy, an area where education authorities are striving to overcome challenges of continental proportions. Consequently, the Ministry of Education (MEC) has introduced various legislative measures aiming to ensure all children across the country are literate by age eight—most recently the CNCA (National Commitment for the Literate Child). However, despite these concerns and legislative efforts, the goal remains distant, as evident socioeconomic issues hinder the achievement of this target. Furthermore, teachers face daily challenges; while they understand that learning processes vary from child to child, some students fail to meet expected developmental milestones. This often necessitates a pedagogical assessment indicating the need for specialized, multidisciplinary professional intervention. While these actions present limitations for both educators and multidisciplinary teams, they also create effective possibilities for overcoming these challenges and can significantly assist students in achieving full literacy.

Keywords: Literacy (Decoding); Literacy (Functional/Social Practice); Intervention; School.

INTRODUÇÃO

Alfabetizar as crianças brasileiras até os oito anos de idade é uma ambição das autoridades e da sociedade brasileira, representando um momento significativo de oportunidade em que a criança está iniciando a apropriação do processo de alfabetização, ou seja, ela está dando os primeiros passos para a apropriação sistemática da linguagem escrita e desenvolvendo habilidades e competências que são necessárias à continuidade da sua formação acadêmica e da sua vida na sociedade atual. Entretanto, mais do que aprender a decodificar os símbolos formados pelas letras, números e regras, o que torna o estudante alfabetizado, é necessário que ele seja inserido nas práticas sociais cotidianas utilizando-se da leitura e da escrita, o que torna o estudante letrado. Esta constatação ressalta a ideia de que alfabetização e letramento caminham juntos, uma vez que só fazem sentido real quando ambos são alcançados, contudo, muitos são ainda os desafios a serem enfrentados para a alfabetização se consolide em todo o território nacional.

Mesmo considerando as inúmeras diferenças socioeconômicas existentes entre as regiões do país, a escolarização de todas as crianças e a alfabetização plena até os oito anos de idade, tem se tornado uma aspiração da sociedade que percebe o quanto este elemento contribui para o crescimento

na nação em todas as esferas, e as autoridades governamentais têm buscado atender a esse anseio da população. Dessa forma, algumas leis foram implementadas visando alcançar este intento de alfabetização que compreenda todas as crianças brasileiras em todo o território nacional, todavia, nenhuma delas obteve êxito ainda, sendo que a mais recente foi denominada de Compromisso nacional da Criança Alfabetizada, CNCA, que estabelece essa obrigatoriedade. No entanto, apesar de seus três anos de existência, essa legislação tem esbarrado em diversos desafios, principalmente de ordem socioeconômica, pois a falta de recursos e a localização distante de determinadas instituições de ensino, impedem o projeto de ganhar força e alcance, já que faltam materiais didáticos, professores capacitados, recursos tecnológicos, de acessibilidade, de alimentação, de transporte e uma série de outros desafios que limitam a atuação dos profissionais da educação e a tão sonhada alfabetização.

Todavia, não são somente os componentes socioeconômicos que impactam o desenvolvimento da alfabetização, pois existem outros fatores que comprometem o processo de aprendizagem e que estão relacionados aos próprios alunos, e mesmo compreendendo que cada aluno possui a sua maneira e o seu tempo específicos de aprender, quando as expectativas não estão sendo atingidas, o professor precisa fazer uma avaliação pedagógica mais refinada, e entender as causas para que ele possa promover a intervenção profissional adequada. Evidentemente que o professor não deve estabelecer diagnósticos, mas deve contar com profissionais como psicopedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos e neurologistas que possam avaliar e orientar maneiras para que o professor desenvolva a alfabetização das crianças sob esta condição. Com todo este cenário envolvendo a alfabetização, este artigo propõe ressaltar estes pontos e demonstrar os limites e as possibilidades que estas intervenções profissionais podem proporcionar, para isso, foi utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica, com os créditos devidamente registrados.

CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO E AS ORIENTAÇÕES DA BNCC SOBRE O TEMA

Dentre algumas definições importantes que se propõem a apresentar uma definição sobre o que é alfabetização, é possível destacar aquela que a define como o processo de aprendizagem do sistema alfabético e de suas convenções, ou seja, a aprendizagem de um sistema notacional que representa os fonemas (sons) da fala por meio de grafemas (letras). Entretanto, sempre que se fala em alfabetização torna-se necessário referir-se também ao letramento, ou seja, se a alfabetização consiste em saber ler e escrever, o letramento consiste em compreender corretamente aquilo que se lê ou se escreve e utilizar a linguagem escrita de um modo crítico e adequado no contexto social, o que leva a pensar que, lamentavelmente, no cenário educacional brasileiro muitos estudantes deixam as escolas sem serem letrados, uma vez que muitos deles não compreendem o sentido ou o significado daquilo que estão lendo.

Uma dificuldade que a concepção de letramento apresenta é de como diferenciar um alfabetizado de um letrado. Faz-se necessário retomar o pressuposto de que o letramento comporta a dimensão individual do domínio técnico do ler e escrever (desenvolvido no âmbito da alfabetização), e a dimensão cultural, como um conjunto de atividades sociais que envolvem a língua escrita e seu uso segundo o padrão das exigências de determinado contexto social. Com base nessa concepção, pode-se distinguir o âmbito da aprendizagem da leitura e da escrita que se refere às habilidades de ler e escrever, e o âmbito que inclui a prática dessas habilidades em atividades significativas para a formação cultural, científica e ideológica do aprendiz” (CAVAZOTTI, 2013 p. 23).

Reconhecendo, portanto, que alfabetização e letramento, são processos distintos, entretanto, são inseparáveis, e, na verdade, são componentes importantes que se somam e se completam, fica evidente que estes fundamentos se tornam as competências que a criança irá assimilar desde os seus primeiros anos de vida, principalmente porque ela já se relaciona com o mundo das letras desde muito pequena, no entanto, este processo de alfabetização começa, de forma determinante na Educação Infantil. Neste

sentido, é possível compreender a alfabetização como sendo o processo inicial de transmissão da leitura e da escrita, a qual ocorre mediante o domínio dos códigos, ou seja, a criança passa a dominar as habilidades alfabéticas e ortográficas necessárias à decodificação da língua da maneira correta. Por esta razão, muitos estudiosos e pesquisadores nessa temática têm buscado apresentar algumas alternativas bastante coerentes e efetivas.

Muito se fala na necessidade de alfabetizar letrando, e que a ação pedagógica para o letramento precisa estar articulada ao trabalho específico e explícito do sistema de escrita (alfabetização, mas, em sua dimensão pedagógica, isto é, em sua prática em contextos de ensino, a aprendizagem inicial da língua escrita, embora entendida e tratada como fenômeno multifacetado, deve ser desenvolvida em sua inteireza, como um todo, porque essa é a natureza real dos atos de ler e escrever, em que a complexa interação entre as práticas sociais da língua escrita e aquele que lê ou escrever pressupõe o exercício simultâneo de muitas e diferenciadas competências. É o que se tem denominado “alfabetizar letrando” (SOARES, 2017 p. 35).

No entanto, é fundamental destacar que a BNCC, Base Nacional Comum Curricular, documento normativo que estabelece orientações, referenciais e diretrizes para que as escolas de todo o território nacional possam estruturar seus currículos pedagógicos, define o conjunto de aprendizagens fundamentais, ou seja, aquelas que devem ser desenvolvidas por todos os alunos das escolas regulares brasileiras, desde a Educação Infantil, passando pelo Ensino Fundamental até ao Ensino Médio. Assim, ela define quais são os direitos de aprendizagem dos estudantes em cada etapa da sua formação, assim como as habilidades gerais que eles precisarão desenvolver durante sua formação que são: a capacidade de pensar de modo crítico, de resolver problemas, de trabalhar em equipe, de exercer a cidadania e de se comunicar de modo efetivo. Nessa ótica, a BNCC estimula sempre a utilização de práticas pedagógicas inovadoras, por meio de conteúdos que promovam aprendizagens significativas e que levem as escolas a elaborar o seu currículo como quiserem, utilizando as estratégias que julgarem mais apropriadas, mas tudo deve estar em conformidade com a BNCC, ou seja, a escola deve andar sempre em sintonia com as normas da Base Nacional.

A BNCC define as competências gerais como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.” Assim, elas contribuem para a formação integral dos estudantes. Agora, confira quais são as dez competências gerais da BNCC: **Conhecimento:** Tem o objetivo de valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva; **Pensamento científico, crítico e criativo:** Visa exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas. **Senso estético e repertório cultural:** O ensino deve valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural. **Comunicação:** Utilizar diferentes linguagens — verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos. **Cultura digital:** Tem o objetivo de compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais. **Trabalho e projeto de vida:** Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas

alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida. **Argumentação:** Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias. **Autoconhecimento e autocuidado:** Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas. **Empatia e cooperação:** Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas, sem nenhum tipo de preconceito. **Responsabilidade e cidadania:** Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (BLOG PROESC, 2024).

Estas competências deixam claro que a BNCC busca a formação de estudantes que sejam protagonistas, bem articulados, preparados para exercer sua cidadania com responsabilidade, atuando em sociedade de forma crítica, respeitosa e consciente. No que se refere à questão da alfabetização, bem como da escrita e da leitura, a Base estimula as instituições a alfabetizar as crianças preferencialmente até o final do segundo ano do Ensino Fundamental, visando garantir que as crianças conquistem o direito fundamental que é ler e escrever. Segundo o parecer da BNCC, a alfabetização não pode se restringir somente à decodificação, mas deve também envolver o letramento, ou seja, a compreensão daquilo que está sendo lido ou escrito, de forma que as crianças possam fazer uso prático da leitura e da escrita nas relações sociais em que elas participarem, ou seja, exercerem letramento.

A BNCC indica que os estudantes devem ser alfabetizados entre o 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, o que significa que a alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica nesse início da vida escolar. Vale lembrar que ser alfabetizado implica não apenas decifrar o código de escrita alfabético, mas compreender o que foi lido, como indicado no texto da Base: “Esses conhecimentos de alfabetização até o 2º ano incluem a criança compreender diferenças entre escrita e outras formas gráficas, dominar as convenções gráficas, conhecer o alfabeto, compreender a natureza alfabética do nosso sistema de escrita, dominar as relações entre grafemas e fonemas, saber decodificar palavras e textos escritos, saber ler, reconhecendo globalmente as palavras, ampliar a sacada do olhar para porções maiores de texto que meras palavras, desenvolvendo assim fluência e rapidez de leitura”. Em Língua Portuguesa, a BNCC indica que o trabalho de alfabetização deve contemplar quatro diferentes práticas de linguagem: Leitura, Produção de Textos, Oralidade e Análise Linguística/Semiótica (OBSERVATÓRIO MOVIMENTO PELA BASE, 2024).

AS POLÍTICAS BRASILEIRAS PARA A ALFABETIZAÇÃO E O COMPROMISSO NACIONAL DA CRIANÇA ALFABETIZADA (CNCA)

Apesar de reconhecer que a alfabetização é um dos eixos estruturantes da educação básica, no entanto, lamentavelmente, ela consiste em um dos maiores desafios históricos das políticas públicas educacionais no Brasil, visto que, mesmo com a criação de diversos programas e normas ao longo das últimas décadas, visando reduzir os baixos índices de aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental, tal intento ficou muito longe de ser alcançado. Três deliberações importantes foram criadas em tempos recentes, as quais buscaram alcançar o intento de alfabetizar todas as crianças em território nacional até o 2º ano do ensino fundamental, e consolidar essa condição até o 3º ano, e elas devem ser destacadas. São elas: o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), instituído em 2012; a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017; e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), lançado em 2023. Todas estas ações do governo buscaram garantir que a

alfabetização se estendesse a todas as crianças do território nacional até o final do período do ciclo alfabetizador, entretanto, muitos desafios e implicações pedagógicas surgiram para dificultar o sucesso destes projetos, como a que trata do tempo do ciclo alfabetizador, das concepções de alfabetização envolvidas e do monitoramento da formação docente.

A alfabetização é uma das etapas fundamentais do aprendizado e influencia na capacidade de leitura, compreensão e interpretação de texto. Mas para 40% dos alunos de escolas públicas, no Brasil, em fase de alfabetização, essa etapa não está sendo bem-sucedida. A avaliação feita pelo Datafolha indica que 6% dos alunos não estão avançando na aprendizagem e 34% estão avançando com dificuldades no processo de alfabetização enquanto que 40% dos alunos apresentam algum desafio para ser alfabetizados. A desigualdade regional e a má formação dos professores são apontadas pela pesquisa do Datafolha como os principais fatores que contribuem para as dificuldades da alfabetização dos estudantes de escolas públicas no país. Como exemplo, a pesquisa cita a ampliação do uso das tecnologias nas escolas como uma demanda importante para estudantes das regiões Norte (28%), Centro-Oeste (23%) e Nordeste (22%). Tal como escolas de índices socioeconômicos mais baixos têm maiores necessidades de ampliar o uso de tecnologia aos alunos (EDUCA MAIS BRASIL, 2023).

Apesar de não atingirem seus objetivos em sua totalidade, as legislações estabelecidas tiveram indicadores razoáveis e propósitos consideráveis, assim, o PNAIC, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, lançado em 2012, visava reverter um quadro que evidenciava significativas fragilidades na leitura e na escrita nos anos iniciais. Sua meta era assegurar que todas as crianças estivessem alfabetizadas até o final do 3º ano do ensino fundamental, e para isso investiu em formação continuada dos professores e na perspectiva de uma alfabetização muito conectada ao letramento, todavia, já em 2017, dava mostras de que não decolaria.

Um projeto quase estagnado. Números da ANA, Avaliação Nacional de Alfabetização divulgados pelo MEC em outubro mostram que houve pouco avanço em leitura, escrita e Matemática entre 2014 e 2016. Para se ter uma ideia: dos mais de 2 milhões de alunos entre 7 e 10 anos que fizeram o exame em 2016, apenas 45,27% obtiveram um nível de proficiência considerado satisfatório para leitura. Em 2014, eram 43,83%. Esses dados aparecem cinco anos depois de o MEC ter lançado o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), criado justamente para tentar mudar a situação. Inspirado em políticas que deram certo no Ceará, o PNAIC apostou em parceria direta com os municípios, além de distribuir materiais didáticos e realizar programas de formação docente por meio de universidades públicas. Foi nesse contexto que a ANA surgiu: para acompanhar o impacto das ações no aprendizado das crianças. À época, o programa foi visto como um avanço por colocar a alfabetização, um problema crônico no sistema de ensino brasileiro, no centro das políticas públicas. Por outro lado, houve críticas a respeito da estruturação e das metodologias adotadas em alguns materiais. Ao anunciar os números, o governo federal sinaliza que já não acredita tanto no PNAIC (NOVA ESCOLA, 2017).

Nesse cenário, foi homologada a Base Nacional Comum Curricular, a BNCC, a qual estabeleceu um marco na organização curricular das escolas brasileiras, uma vez que propôs determinar competências e habilidades essenciais para cada etapa da educação básica. Este documento estabeleceu que a alfabetização deveria estar consolidada até o 2º ano do ensino fundamental, ou seja, redefiniu o tempo destinado à conclusão da alfabetização em um ano, em relação ao que propunha o PNAIC. Essa antecipação produziu inúmeros debates no meio educacional, pois este prazo se constituía em um grande desafio devido à imensa diversidade social, econômica e cultural brasileira. Entretanto, ao considerar que a Base proporcionou um significativo detalhamento das expectativas de

aprendizagem, estabelecendo um foco direcionado à progressão sistemática das habilidades, possibilitou uma maior objetividade curricular, todavia, a pressão por resultados imediatos se intensificou.

A BNCC é uma iniciativa importante para a educação brasileira, pois busca assegurar uma formação de qualidade para todos os estudantes. No entanto, a implementação da BNCC pode ser prejudicada pela falta de recursos e dificuldades na implementação, assim como pela desigualdade na educação e falta de clareza nas diretrizes. É importante continuar trabalhando para superar esses desafios e garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade.

- Falta de Recursos: A implementação da BNCC pode ser prejudicada pela falta de recursos financeiros, incluindo falta de verbas para a contratação de professores e de investimentos em tecnologia e infraestrutura escolar.
- Dificuldades de Implementação: A implementação da BNCC pode ser difícil, especialmente nas escolas com recursos limitados e com professores sem treinamento adequado.
- Desigualdade na Educação: Embora a BNCC vise padronizar a educação em todo o país, a desigualdade na educação ainda existe, com algumas escolas recebendo mais recursos do que outras.
- Falta de Clareza: A BNCC pode ser confusa para alguns professores e escolas, com algumas diretrizes sendo mal interpretadas ou mal aplicadas. (BLOG SÓ ESCOLA, 2023).

A terceira deliberação governamental relacionada à alfabetização no Brasil foi a criação do CNCA, Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada, instituído no ano de 2023, num cenário marcado pelos impactos promovidos pela pandemia de COVID-19, o qual evidenciou os níveis de desigualdades educacionais que comprometeram de modo significativo os processos de alfabetização. Mesmo mantendo a meta de alfabetizar todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, assim como orienta a BNCC, seu diferencial é consolidar um regime de colaboração federativa, fortalecendo elementos como o apoio técnico e financeiro às redes de ensino e o monitoramento contínuo por meio de indicadores nacionais.

Importante destacar que o CNCA promove o reconhecimento das redes de ensino municipais e estaduais que mais se destacaram na efetivação de políticas de alfabetização, por meio de uma graduação de selos, sendo: selo ouro, selo prata e selo bronze, obtidos conforme o nível de engajamento, desempenho e resultados alcançados.

O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), divulgou nesta segunda-feira, 9 de fevereiro de 2026, o resultado final da 2ª edição do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização. A certificação reconhece redes públicas de ensino que se destacaram na formulação e implementação de políticas voltadas à alfabetização de crianças na idade adequada. Ao todo, foram concedidos 2.285 Selos Ouro, 1.896 Selos Prata e 547 Selos Bronze, contemplando redes municipais, estaduais e do Distrito Federal em todas as regiões do país. A segunda edição do selo registrou adesão expressiva dos entes federativos. Das 5.595 redes de ensino que aderiram ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, CNCA, 4.872 realizaram inscrição, o que representa 87,1% de participação. Entre as redes inscritas, 4.728 foram certificadas, índice equivalente a 97% de êxito (EDUCA MAIS BRASIL, 2026).

A NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Apesar de compreender que o projeto CNCA, Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada ainda estar distante de atingir a abrangência que dele se esperava, é importante ressaltar que nem

sempre são os fatores socioeconômicos que impactam o desenvolvimento linear do processo de alfabetização das crianças brasileiras, existem fatores específicos e pontuais da criança que, em alguns casos, não apresenta um desenvolvimento no processo de alfabetização, nesse sentido, é essencial que o professor esteja atento a alguns sinais que podem indicar a necessidade de apoio multidisciplinar ou alguma intervenção que estimule um desenvolvimento adequado.

Embora cada criança tenha seu próprio ritmo de aprendizagem, existem alguns sinais que podem indicar dificuldades na alfabetização. É importante estar atento a esses sinais para intervir precocemente e evitar que esse cenário se agrave. Além da dificuldade da criança em identificar e nomear letras do alfabeto, associando sons às letras correspondentes, há ao menos quatro aspectos que pais e educadores devem se atentar. São eles:

- falta de interesse em livros e leitura;
- dificuldade em rimar e dividir palavras em sílabas;
- confusão com sons e letras semelhantes;
- dificuldade em seguir instruções simples.

Nesse sentido, é importante lembrar que esses sinais não devem ser interpretados isoladamente, mas sim como parte de um conjunto de observações. É indispensável estar atento aos sinais que indicam a necessidade de uma intervenção mais especializada. **1- Atraso significativo no desenvolvimento:** se a criança demonstrar um atraso significativo em relação às expectativas para sua idade e nível de escolaridade, pode ser um sinal de que precisa de apoio adicional. **2- Dificuldades persistentes:** se as dificuldades na alfabetização persistirem mesmo após a implementação de estratégias e atividades adequadas em casa, pode ser necessário buscar a avaliação de um profissional. **3- Problemas de fala ou linguagem:** crianças com problemas de fala ou linguagem podem enfrentar desafios adicionais na alfabetização e se beneficiar de terapia fonoaudiológica. **4- Dificuldades de aprendizagem específicas:** algumas crianças podem ter dificuldades de aprendizagem específicas, como dislexia ou transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), que exigem intervenções especializadas. **5- Frustrações ou ansiedade excessiva:** se a criança demonstrar frustrações excessivas, ansiedade ou aversão às atividades de alfabetização, pode ser um sinal de que precisa de apoio emocional e estratégias específicas para lidar com essas questões (BLOG EAD RADIANTE, 2026).

Nesse sentido, quando se observar situações como estas, é recomendável que o professor oriente os pais do estudante e busque a avaliação de um profissional especializado, como um psicopedagogo, um fonoaudiólogo, ou mesmo um especialista em tratar de dificuldades de aprendizagem. Essa equipe multidisciplinar é plenamente capaz de identificar as necessidades específicas do estudante, além de fornecer orientação para intervenções apropriadas para que a criança possa alcançar o máximo do seu potencial. Entretanto, o envolvimento da família nesse processo é necessário, uma vez que ao ter seu desenvolvimento impactado, muitas vezes algum tipo de adaptação como ensino remoto em casa e a utilização de novas tecnologias na educação podem ajudar, todavia, é preciso conhecer as possíveis dificuldades da família em efetivar uma parceria eficaz e encontrar boas soluções, especialmente quando se tem uma turma com muitos alunos com demandas distintas e necessidades diferentes e específicas. Nesse cenário, o apoio e a parceria da família são muito bem-vindos, e podem contribuir para melhorar o processo.

A parceria com a família é fundamental para conhecer melhor as dificuldades e orientar sobre práticas que podem ajudar. **1- Acompanhamento das aulas:** Em muitos casos, as dúvidas das crianças são desafiadoras para os familiares, que nem sempre conhecem as melhores maneiras de orientar didaticamente. Por isso, é importante que exista uma parceria com a escola, que pode promover espaços para diálogo e apresentação dessas

necessidades para encontrar as estratégias mais adequadas. **2- Uso das tecnologias:** Atualmente, a escola enfrenta o desafio de educar na era digital, em que as crianças já têm acesso a aparelhos tecnológicos desde muito cedo. Nesse contexto, é interessante encontrar caminhos que atendam às características da nova geração. Em casa, muitas vezes pode ser difícil encontrar os melhores recursos ou estabelecer o equilíbrio entre o uso desses equipamentos e os estudos com lápis e papel. **3- Inclusão dos estudos na rotina doméstica:** A família da criança pode ter muitos afazeres e dificuldade de incluir os estudos na rotina. Durante o período de alfabetização, todos em casa precisam passar por uma mudança, afinal, o acompanhamento das atividades escolares passa a fazer parte das ocupações. Para tornar essa adaptação mais tranquila, é bom que a escola seja flexível em relação aos prazos, tenha bons canais de comunicação para solucionar dúvidas e passe as orientações de maneira clara. É possível que o empecilho esteja na organização do tempo ou na condução dos estudos. Para evitar que isso aconteça, a instituição pode realizar workshops que ajudem a otimizar a aprendizagem em casa. **4- Aproximação entre a escola e a família:** a aproximação entre a escola e a família é essencial, especialmente nos primeiros anos de ensino, em que a criança necessita de apoio e incentivo. Quando existe essa relação de parceria, os desafios da alfabetização podem ser superados com mais facilidade, pois há o suporte necessário para que as habilidades se desenvolvam plenamente. Similarmente, fica mais fácil identificar quando houver algum comportamento incomum que possa interferir na aprendizagem. Com uma boa comunicação, é possível encontrar alternativas para superar as dificuldades. Dessa forma, é importante que os adultos demonstrem sintonia nas ações. Com isso, o estudante se sente mais seguro para fazer as suas descobertas (ESCOLA DA INTELIGÊNCIA, 2024).

Nesse contexto, o papel da escola é fundamental para a construção dessa ponte de ligação com a família do aluno com dificuldades de assimilação do processo de alfabetização, portanto, promover um diálogo constante e realizar ações que aproximem a família da escola são elementos capazes de contribuir para que os desafios da alfabetização sejam superados nos casos em que não sejam necessárias ações mais complexas que demandem suporte especializado.

LIMITES E POSSIBILIDADES DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

Compreendendo, então, que as dificuldades de aprendizagem relacionadas à alfabetização podem demandar intervenções pedagógicas, tanto na escola quanto no ambiente familiar, além da intervenção da equipe multidisciplinar para casos em que o desenvolvimento do aluno apresente problemas que requeiram este suporte especializado, torna-se necessário estabelecer alguns limites e apresentar algumas possibilidades, principalmente na questão da intervenção pedagógica, ou seja, nas ações que o professor deve ou não fazer quando percebe que algumas dificuldades estão impactando a assimilação dos processos de alfabetização e de letramento. A princípio, cabe destacar que a intervenção pedagógica ocorre quando se identifica problemas de aprendizagem por meio de uma avaliação diagnóstica confiável, todavia, algumas ações não podem ser tomadas pelos professores, visto que, ao ultrapassar esse limite o professor poderá prejudicar ainda mais o aluno em seu processo de alfabetização.

Os limites nas intervenções pedagógicas junto aos estudantes que apresentam dificuldade para assimilar o processo de alfabetização também são definidos por aquilo que é essencialmente pedagógico para aquilo que compete a um diagnóstico ou tratamento clínico, ou seja, o papel do professor é adaptar metodologias e aplicar conteúdos, não possuindo técnica ou autoridade para diagnosticar algum tipo de distúrbio e nem prescrever terapias. Assim, avaliar distúrbios ou disfunções, são ações que estão a cargo de psicopedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos e neuropediatras. A formação

docente também se constitui em uma barreira limitadora quando o professor não possui especialização em neuroeducação ou psicopedagogia clínica para lidar minimamente com problemas dessa natureza (CESP-FACESP, 2023).

Considerando que os limites da intervenção profissional evidenciam que a alfabetização é impactada por diversos fatores, as possibilidades evidenciam que a atuação pedagógica consiste em um elemento decisivo para a alfabetização dos alunos, sendo que no caso dos alunos com dificuldade, o foco é sempre identificar o momento em que o aluno parou e trabalhar as habilidades e as competências de leitura e escrita, mesmo em contextos marcados por desafios institucionais e sociais. Todavia, esse cenário exige uma postura investigativa do professor e uma avaliação diagnóstica é importante para identificar avanços e dificuldades, permitindo assim que o professor possa fazer as intervenções pedagógicas devidas, pautadas nos elementos: observar, diagnosticar, planejar, intervir e reavaliar. Além disso, aplicar atividades voltadas à percepção dos sons da fala, identificação de sílabas, rimas e fonemas favorecem a compreensão da leitura e da escrita. Outras estratégias são:

Abordagem Multissensorial: Utilização de letras móveis, massinha de modelar para desenhar letras, caixas de areia para treinar o traçado e músicas para memorizar o som das letras (consciência fonêmica). **Redução e Foco do Conteúdo:** Trabalhar com um número reduzido de palavras por semana (ex: 5 palavras), explorando rimas, quantidade de sílabas e montagem de pequenas frases com o mesmo tema. **Adaptação de Atividades:** Em vez de atividades de anos anteriores (que geram desmotivação), o professor adapta o conteúdo da turma para o nível de habilidade da criança. Textos maiores são substituídos por textos curtos e com apoio visual.

Gamificação e Jogos: Utilização de jogos de tabuleiro, dominó de palavras e aplicativos educativos para transformar a prática da leitura em algo divertido e menos frustrante.

Acompanhamento Especializado: Quando a dificuldade é mais profunda, a intervenção de um psicopedagogo ou neuropsicopedagogo é essencial para avaliar possíveis transtornos de aprendizagem, como dislexia, disgrafia ou TDAH, e criar um plano individualizado (RHEMA NEUROEDUCAÇÃO, 2024).

Identificar rapidamente as dificuldades de aprendizagem é fundamental para possibilitar que os alunos obtenham o apoio necessário e recebam as intervenções que minimizem o impacto dessas dificuldades no desenvolvimento da criança. Assim, a intervenção abre diversas possibilidades, pois ela acontece por meio de algumas dinâmicas e estratégias que permitem ao aluno assimilar os conteúdos de modo diferenciado. Portanto, ao desenvolver e conduzir o plano de intervenção, o professor buscará auxiliar seus alunos a superarem os desafios de aprendizagem e as dificuldades específicas de alfabetização. A seguir alguns passos importantes:

Passo 1: Identificar os alunos que precisam de uma ação pedagógica: Normalmente os alunos selecionados para esse tipo de ação são os que estão com médias abaixo da esperada, certo? Entretanto, essa não deve ser a única métrica que pode ser avaliada. Isso porque o aluno pode estar na média, mas ainda assim apresentar uma dificuldade em um ponto específico que precisa ser fortalecido. Portanto, o primeiro passo é definir quais são os alunos que necessitam de intervenção de acordo não só com as médias nos boletins, mas também com os relatórios de acompanhamento pedagógico dos professores. **Passo 2: Entender quais as dificuldades pedagógicas:** Para conseguir entender quais as dificuldades de aprendizagem dos alunos, diagnósticos levantados por avaliações com os alunos são essenciais. Isso porque, para elaborar propostas de intervenção eficazes, o professor e demais profissionais da educação precisam de informações para analisar e encontrar as dificuldades dos estudantes. **Passo 3: Classificar os alunos em grupos de dificuldades:** Fica mais fácil para a escola e mais empolgante para os estudantes realizar as ações de intervenção pedagógica, por isso,

vale a pena fazer essa classificação. É possível dividir os alunos por matéria, nível de dificuldade ou por lacunas de aprendizagem que precisam ser trabalhadas. A escolha dos grupos depende do perfil dos alunos e dos objetivos da escola (TUTOR MUNDI, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização infantil é, inegavelmente, um dos processos mais complexos e mais relevantes no contexto da educação básica, uma vez que a criança percebe desde os primeiros anos de vida que leitura e escrita serão essenciais na sua jornada como cidadão ativo na sociedade. Assim, a criança inicia seu processo de alfabetização no ambiente escolar, visando tornar-se alfabetizado e letrado, condição que permitirá essa participação nas práticas cotidianas. A importância da alfabetização é, portanto, extraordinária, e a BNCC define orientações para que as escolas cumpram com os direitos de aprendizagem e as competências que os alunos deverão desenvolver ao longo da sua jornada educacional na rede básica.

Além da BNCC, as autoridades educacionais apresentaram projetos de lei que visam alfabetizar todas as crianças brasileiras até os oito anos de idade, como é o caso do CNCA, entretanto, a enorme diversidade socioeconômica do país contribui para que essas metas não se cumpram. Todavia, além dessa questão, existem os desafios diários para a aquisição da alfabetização que estão diretamente ligados aos próprios alunos, os quais não acompanham de forma regular todo o processo de alfabetização. Esse contexto demanda uma análise pedagógica atenta do professor para que ele acione as intervenções profissionais como psicopedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos e neurologistas, respeitando, todavia, os limites de atuação dos professores e destes especialistas da equipe multifuncional, o que permitirá o surgimento de inúmeras e efetivas possibilidades de reconduzir estes alunos de volta ao caminhar da aprendizagem e da alfabetização na idade certa.

REFERÊNCIAS

BLOG EAD RADIANTE. **Quando indicar ajuda profissional para a alfabetização da criança.** Disponível em: <https://eadradiante.com.br/blog/quando-se-preocupar-com-a-alfabetizacao-da-crianca>. Acesso em 03 jul. 2026.

BLOG SÓ ESCOLA. **Aspectos positivos e negativos da BNCC.** Disponível em: <https://soescola.com/2023/03/quais-sao-os-aspectos-positivos-e-negativos-sobre-a-bncc.html>. Acesso em 29 jun. 2026.

BLOG PROESC, **Entenda como funciona a Base Comum Curricular (BNCC).** Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/entenda-a-base-nacional-comum-curricular-bncc/>. Acesso em 21 jun. 2026.

CAVAZOTTI, M. A. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Alfabetização.** 2ª Revisão, Curitiba, IESDE, 2013

CESP-FACESP. **Dificuldades na aprendizagem e intervenção pedagógica.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Il5xFNyCCow&t=20s>. Acesso em 02 jul. 2026.

EDUCA MAIS BRASIL, **MEC divulga resultado final do Selo Nacional de Alfabetização.** Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/mec-divulga-resultado-final-do-selo-nacional-de-alfabetizacao>. Acesso em 26 jun. 2026.

EDUCA MAIS BRASIL, **Dificuldades para avançar na alfabetização comprometem educação de alunos, mostra pesquisa.** Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/escolas/dificuldades-para-avancar-na-alfabetizacao-compromete-educacao-de-alunosmostra-pesquisa>. Acesso em 02 jul. 2026.

NOVA ESCOLA, **A alfabetização no Brasil não avança. O PNAIC falhou ?** Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/7096/a-alfabetizacao-no-brasil-nao-avanca-sera-que-o-pnaic-falhou>. Acesso em 17 jun. 2026.

OBSERVATÓRIO MOVIMENTO PELA BASE, **Como se organiza o processo de alfabetização na BNCC.** Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/mes-da-alfabetizacao-o-que-a-bncc-fala-sobre-essa-etapa-da-educacao-basica-2/#:~:text=A%20BNCC%20indica%20que%20os,An%C3%A1lise%20Lingu%C3%ADstica/Semi%C3%B3tica>. Acesso em 26 jun. 2026.

SOARES, M. **Alfabetização: A questão dos métodos.** São Paulo: Contexto, 2017.

TUTOR MUNDI. **Ações de intervenção pedagógica para reduzir o desnível escolar.** Disponível em: <https://tutormundi.com/blog/acoes-de-intervencao-pedagogica/>. Acesso em 03 jul. 2026.